Organizadoras
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

Rupturas e desafios da educação no DISTRITO FEDERAL (1964 - 1985)



EDITORA
UnB

Universidade de Brasília

Reitora Rozana Reigota Naves
Vice-Reitor Márcio Muniz

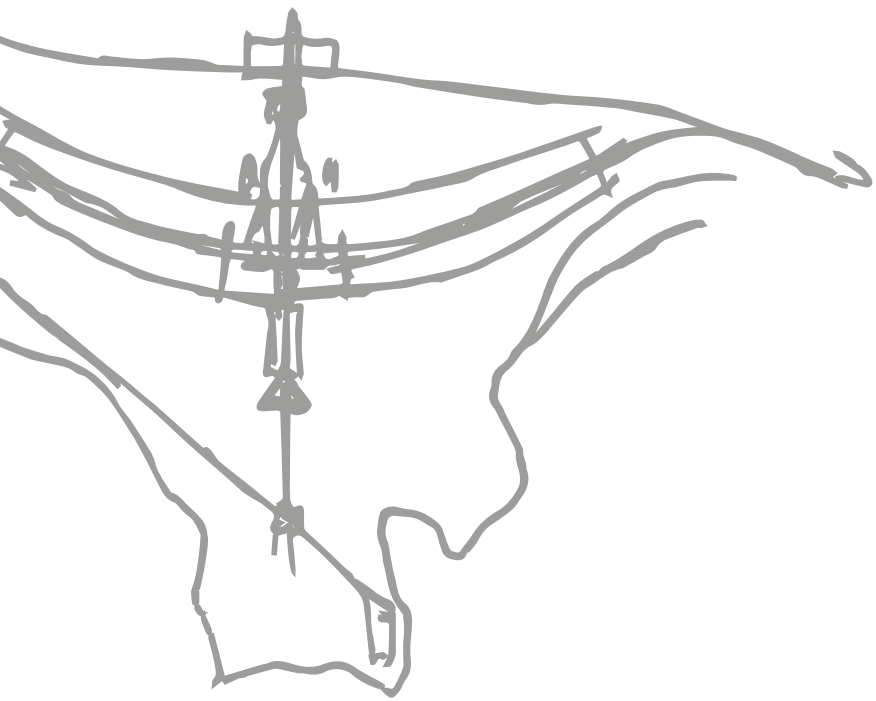
EDITORA
UnB

Diretora Marina Dourado Lustosa Cunha

Conselho editorial
Andrey Rosenthal Schlee
Biagio D'Angelo
Carina Luísa Ochi Flexor
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Josivânia Silva Farias
Maria Carmem Aires Gomes
Maria do Socorro Neri de Sousa
Maria Filomena Pinto da Costa Coelho
Marina Dourado Lustosa Cunha
Nilce Santos de Melo
Rosineide Magalhães de Sousa

Organizadoras
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

Rupturas e desafios da educação no DISTRITO FEDERAL (1964 - 1985)



EDITORA
UnB

Equipe editorial

Coordenação de produção editorial Marília Carolina de Moraes Florindo

Assistência editorial Jade Luísa Martins Barbalho

Revisão Jeane Pedrozo

Diagramação Wladimir de Andrade Oliveira

Padrão visual/Capa Mauro Liz (2011)

© 2023 Editora Universidade de Brasília

Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília-DF
CEP: 70910-900
(61) 3107-3700
www.editora.unb.br
editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização expressa da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

R947 Rupturas e desafios da educação no Distrito Federal (1964 – 1985) [recurso eletrônico] / organizadoras, Eva Waisros Pereira, Laura Maria Coutinho, Maria Paula Vasconcelos Taunay. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2025.
552 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-243-9.

1. Educação – Brasília (DF) – História. 2. Ditadura. I. Pereira, Eva Waisros (org.). II. Coutinho, Laura Maria (org.). III. Taunay, Maria Paula Vasconcelos (org.).

CDU 37(817.4)(09)

Heloiza dos Santos – CRB 1/1913

Sumário

APRESENTAÇÃO.....14

Parte I
OUTROS ARES SOPRAM

Capítulo 1
Contexto sociopolítico em 1964: a capital ocupada.....21
Claudia Paiva Carvalho
Cristiano Paixão

Capítulo 2
A educação tecnicista no golpe militar de 1964.....46
Raquel de Almeida Moraes

Capítulo 3
Financiamento da educação no Distrito Federal: o período autoritário.....62
Jorge Abrahão de Castro

Capítulo 4
Estudo comparado da educação escolar em instituições públicas e privadas do Distrito Federal (1964-1984) 79
José Luiz Villar Mella

Parte II
PENSADORES DA EDUCAÇÃO APARTADOS

Capítulo 5
Anísio Teixeira: pensamento silenciado, ação interrompida 95
Eva Waisros Pereira

Capítulo 6

Paulo Reglus Neves Freire, Brasília, 1964 130

Laura Maria Coutinho

Capítulo 7

Darcy Ribeiro: trajetória, exílio e pós-exílio.....156

Haydée Ribeiro Coelho

Parte III

EDUCAÇÃO, AUTORITARISMO E REPRESSÃO

Capítulo 8

O elefante branco: uma escola com o nome de resistência.....175

Eliane Brito

Capítulo 9

Organização de docentes do Distrito Federal: a repressão no período da ditadura militar 194

Antonio Carlos Andrade de Souza

Erlando da Silva Rêses

Capítulo 10

Centro Integrado de Ensino Médio, Ciem: uma escola inovadora no período da ditadura militar 221

Ariane Abrunhosa

Denise Farage

Mariana Penna

Capítulo 11

Tecnologias da educação na nova capital: desenganos e êxitos 254

Maria Paula Vasconcelos Taunay

Raquel de Almeida Moraes

Parte IV
O OCASO DE UMA PROPOSTA TRANSFORMADORA

Capítulo 12
O golpe militar de 1964 e suas consequências sobre o plano educacional de Anísio Teixeira.....278
Leila Chalub Martins

Capítulo 13
O papel da tipologia das escolas classe na definição do lugar escola no Plano Piloto de Brasília.....303
Samira Bueno Chahin

Capítulo 14
Educação de jovens e adultos trabalhadores: concepções e práticas em disputa.....315
Leila Maria de Jesus Oliveira
Maria Margarida Machado

Capítulo 15
Educação negada: a luta dos moradores da Vila Paranoá pelo direito de estudar.....354
Leila Maria de Jesus Oliveira
Ricardo Gonçalves Pacheco

Parte V
MUDANÇAS NO CURRÍCULO ESCOLAR E NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Capítulo 16
Fios e tramas da memória: a cultura cívico-patriótica na escola pública do Distrito Federal (1964-1985).....376
Antonio Fávero Sobrinho
Valéria Nely Cézar de Carvalho

Capítulo 17

Estudo de um caderno de teoria e prática de ensino na matemática da Escola Normal da Ceilândia.....403

Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho

Edilene Simões Costa dos Santos

Carmyra Oliveira Batista

Mônica Menezes de Souza Batista

Capítulo 18

Imagens da cidade e da escola: sobre a atualidade da proposta da escola parque para a capital.....423

Maria Andreza Costa Barbosa

Maria Lídia Bueno Fernandes

Parte VI

BRECHAS, ESPAÇOS ALTERNATIVOS E RESISTÊNCIA

Capítulo 19

Wladimir Murtinho e sua atuação na educação e na cultura do Distrito Federal 452

Maria Paula Vasconcelos Taunay

Capítulo 20

Projeto integrado de educação ambiental de Ceilândia: uma experiência inovadora em terreno minado.....482

Vera Margarida Lessa Catalão

Josefina Reis de Moraes

Capítulo 21

Entre livros e artes, uma escolinha de criatividade e uma biblioteca infantil na 104/304 Sul.....501

Luciana de Maya Ricardo

Alice Fátima Martins

Capítulo 22
Um olhar literário sobre Brasília: textos inaugurais e escrituras da resistência 521
Maria Alexandra Militão Rodrigues

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....541
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

SOBRE OS AUTORES 545

À memória dos nossos colegas
Antonio Fávero Sobrinho e José Luiz Villar Mella.

Parte I
OUTROS ARES SOPRAM

Capítulo 4

Estudo comparado da educação escolar em instituições públicas e privadas do Distrito Federal (1964-1984)

José Luiz Villar Mella

Breve histórico da estatística educacional no Brasil

A partir da denominada Revolução de 30, o Brasil vivenciou a intensificação do processo de centralização político-administrativa. No período de 1930 a 1940, observa-se o crescimento da centralização e reestruturação administrativa do governo federal, acompanhado do aumento da participação do pensamento empresarial e sua respectiva intervenção na educação com a explicitação e orientação das ideias de Euvaldo Lodi, fundador da Confederação Nacional da Indústria, que se preocupava basicamente com o emprego racional dos recursos na educação.

Nesse contexto, cresceu a importância da estatística educacional no Brasil que se manifestou na criação do Serviço de Estatística de Educação e Saúde, vinculado ao recém-criado Ministério de Educação e Saúde, cujo nome refletia a estreita relação entre saúde e educação estabelecida desde a transição do II Reinado para a República Velha. Posteriormente, em 1937, foi criado o Instituto Nacional de Pedagogia, que, em 1972, passou a ser

denominado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Outro importante marco da estatística educacional no Brasil foi a realização da IV Conferência Nacional de Educação, organizada pela Associação Brasileira de Educação, na cidade do Rio de Janeiro em 1931. Nesse evento, foi destacada a importância dos estudos estatísticos para o planejamento e funcionamento das unidades escolares no Brasil. Orientando-se pela máxima positivista "Saber para prever. Prever, para prover", nesta conferência, foi estabelecida como uma das prioridades em nosso país a criação e aplicação de normativa que permitisse o aperfeiçoamento e a padronização da estatística educacional no Brasil. Ainda nesse contexto, foi firmado o Convênio Estatístico Nacional, o qual estabeleceu parâmetros e critérios para coleta de informações, possibilitando estudos comparados da área educacional.

Uma das principais realizações na história da estatística educacional em nosso país ocorreu graças aos esforços do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, quando esta instituição, criada em 1937 através da Lei n.º 378, fez publicar, em 1939, os primeiros resultados dos levantamentos estatísticos realizados em 1932, com o nome de "Ensino Brasil", que posteriormente passou a ser denominada "Sinopse Estatística". No que se refere às publicações em estatística educacional, merece destaque *O ensino no Brasil*, publicada pela Secretaria de Estatística de Educação e Saúde (SEES), entre 1939 e 1946; e *Inquéritos educacionais*, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, de 1953 a 1980.

A ditadura militar iniciada com o golpe de 1964 se caracterizou por estreitos vínculos com as necessidades econômicas imediatistas do mercado materializadas na noção de capital humano. Isso poderia ter profundas repercussões nas estatísticas educacionais quando o referido governo transferiu a função de realização do censo escolar para o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA), criado em 1964, e denominado IPEA em 1967.

O início das atividades do EPEA ocorreu cinco meses após o golpe militar por iniciativa de João Paulo dos Reis Velloso e Roberto Campos, indicando a urgência que o governo tinha em montar uma tecnocracia que desse suporte à tomada de decisões em diferentes áreas. Entretanto, a valorização do conhecimento técnico teve como consequência também uma relativa autonomia no trabalho dessa instituição.

> O Ipea foi a primeira instituição, por exemplo, a discutir no regime militar, em pleno milagre econômico, o processo de concentração de renda. O estudo "Brazilian size distribution income" publicado em maio de 1972 na American Economic Review é do economista norte-americano Albert Fishlow, que foi consultor do instituto em 1967 e 1968 (Costa, 2011).

Nesta pesquisa, utilizamos como fontes preliminares as estatísticas educacionais publicadas no período estudado. Iniciamos o trabalho com a abordagem da *Sinopse Estatística do Ensino Médio Brasil 1966-1965*, editada em dezembro de 1969 pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura do Ministério de Educação e Cultura. Em seguida, analisamos a *Sinopse Estatística do Ensino de 1º e 2º Graus de 1978*, também publicada pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura do Ministério de Educação e Cultura. Consultamos, ainda, a *Sinopse Estatística da Educação Básica 1979/1978*, publicada em 1983 pelo Serviço de Estatística da Educação do MEC. Por fim, foi realizada consulta à *Sinopse Estatística do Ensino Regular do 1º Grau* referente aos anos de 1984 e 1985, publicada em 1987 pela Secretaria de Articulação e Estudos de Planejamento do Ministério da Educação. Foram consultados, ainda, os *Anuários Estatísticos do Distrito Federal* do período de 1977 a 1984.

No Distrito Federal, as estatísticas educacionais abrangiam a educação pré-escolar, o ensino de 1º grau, o ensino de 2º grau, o ensino especial e o ensino supletivo.

Uma abordagem comparativa da educação escolar no Brasil por meio da estatística educacional

A estatística educacional foi empregada com o intuito de conferir uma suposta racionalidade científica a uma política educacional que, na verdade, dependia, sobretudo, de decisões políticas que não se limitavam às necessidades ou orientações técnicas.

Dessa forma, o uso da estatística educacional como discurso científico marcou os primórdios de sua história no Brasil e serviu para justificá-la como uma ferramenta que deveria se limitar a conferir uma maior eficiência à gestão de recursos. Para destacar a importância da estatística educacional no processo de tomada de decisões, no que se refere à formulação de uma política educacional, Lourenço Filho afirmava:

> [...] no domínio da educação, tanto quanto no de outros aspectos da vida social, a documentação se impõe, como ponto de partida para qualquer estudo de caráter objetivo. Só a descrição clara dos fatos oferece apoio para a classificação ordenada, que os torna comparáveis, e permite ulteriores indagações, que ressaltam as relações de dependência, acaso entre eles existentes. E, só na posse de tais dados, terá o administrador elementos seguros com que possa prefigurar as medidas de coordenação e reajustamento dos serviços a seu cargo, recomendando-as pôr fim, à execução, com maior probabilidade de êxito (Lourenço Filho, 1940, p. 7).

Mesmo considerando as limitações impostas pela utilização e motivação técnica e gerencial, o rigor e o trabalho com os dados realizados pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde, pelo Inep e pelo Ipea garantem sua validade como fonte para abordagem comparativa da educação e, especificamente, para estudos comparativos do ensino público e privado no Brasil.

No período de 1957 a 1966, em uma primeira aproximação, observa-se um grande aumento nas matrículas no Brasil, que passaram de 942.394, em 1957, para 2.483.212, em 1966, com um crescimento das matrículas no setor público,

oferecendo 4,16% de vagas a mais do que em 1957, enquanto o setor privado registrou um aumento do número de matrículas de apenas 1,9 vez.

O aumento observado no número de matrículas de ensino médio no Brasil, em que verificamos uma equiparação entre a oferta nos estabelecimentos públicos e privados de ensino, em 1966, quando o número de matrículas públicas era de 1.259.156 (51%) e o dos estabelecimentos privados, de 1.224.056 (49%), deve-se à conjuntura criada pelo período de democratização (1946-1964), que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial. Nessa fase, houve grandes transformações na educação brasileira com a atuação de Anísio Teixeira, o segundo Manifesto dos Educadores: "Mais uma vez convocados", de 1959, pela democratização do ensino, pelo combate à educação como privilégio e pela defesa do ensino público. Cabe destacar que, nesse mesmo período, ocorreu também o início da atuação de Paulo Freire.

Outro ponto que merece destaque é a importância da estatística educacional em relação à formação de docentes em nosso país, como se evidencia nas informações coletadas pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura do MEC, sistematizadas e apresentadas na tabela 4.1 sobre os níveis e as modalidades nos quais se concentram os discentes, no período de 1957 a 1966.

Tabela 4.1: Evolução dos dados sobre educação escolar - Brasil

	Número de Estudantes (Números Absolutos)					
ANO	TOTAL	SECUNDÁRIO	COMERCIAL	INDUSTRIAL	AGRÍCOLA	NORMAL
1957	942.394	659.023	144.867	21.199	4.388	76.917
1958	1.032.795	761.740	162.030	22.243	5.448	81.334
1959	1.106.504	817.078	176.108	22.942	5.772	84.604
1960	1.224.485	904.252	194.124	26.081	6.428	93.600
1961	1.345.892	991.391	213.705	30.732	6.804	103.260
1962	1.515.834	1.113.102	241.431	36.712	7.010	117.579
1963	1.719.589	1.246.125	261.254	53.353	8.307	148.550
1964	1.892.724	1.368.77	270.036	68.819	10.295	175.397
1965	2.154.430	1.553.099	288.351	79.230	12.878	220.272
1966	2.483.212	1.805.247	306.308	91.518	14.410	265.729

Fonte: Brasil - MEC – Secretaria Geral, Serviço Geral – Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

No período de 1957 a 1966, o número de estudantes do curso normal aumentou 3,4 vezes. No caso do curso secundário, observa-se um aumento de 2,6 vezes. O ensino comercial, no mesmo período, registrou um aumento de 2,1 vezes. O número dos estudantes do Ensino Industrial aumentou 4,3 vezes, estimulado por um surto industrializante no Brasil do pós-Segunda Guerra. O ensino agrícola teve aumento de 3,2 vezes. O curso normal registrou o segundo maior aumento no número de estudantes no período estudado. Fato que demonstra a importância da intensificação do processo de formação de docentes, principalmente se considerarmos os indicadores históricos do alto índice de analfabetismo, os números da evasão escolar e a consequente distorção idade-série.

Desde os primeiros anos, o Distrito Federal se destacava no cenário educacional nacional, sobretudo em relação ao grau de formação docente, apresentando um percentual de docentes com licenciatura superior à média nacional e aos dados de grandes capitais, como Rio de Janeiro e São Paulo. O número de docentes com licenciatura era maior do que a média nacional e o número de docentes sem licenciatura era muito inferior ao da média nacional, bem como o dos registrados nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro especificamente.

Tabela 4.2: Grau de formação do corpo docente

Unidade Federação	Total Geral	Total Parcial (c/ lic. + s/ lic.)	Docentes com Licenciatura	Docentes sem Licenciatura
Brasil	1.280,729	442.723	393.187 (89%)	49.536 (11%)
Rio de Janeiro	97.286	49.356	45.810 (92%)	3.546 (8%)
São Paulo	220.104	163.522	138.828 (85%)	24.694 (15%)
Distrito Federal	11.083	7.778	7.375 (95%)	403 (5%)

Fonte: Sinopse estatística do ensino regular de 1º Grau. Serviço de Estatística da Educação e Cultura (MEC). Brasília: MEC, 1985 (Sinopse estatística 1985), p. 23.

O aumento da participação das instituições privadas em determinados níveis da educação, revelados pelos estudos de estatística educacional consultados, é resultado do processo de incentivos ao setor privado da educação

promovido e intensificado no período militar, como enfatizou Demerval Saviani (2008) em seu artigo "O legado educacional do regime militar". O referido autor destaca que, associada à desvinculação orçamentária citada na Lei de Diretrizes e Bases de 1971, ocorreu uma drenagem de recursos públicos para o setor privado por meio da política de concessões de bolsas de estudos, que também foi estudada por Cunha e Góes (1999) na célebre obra *O golpe na educação*.

Abordagem comparativa da educação escolar no Distrito Federal por meio da estatística educacional

Por meio do Decreto n.º 47472, de 1959, foi instituída a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (Caseb), cuja função emergencial era supervisionar, planejar e organizar a rede pública de ensino de Brasília (Brasil, 1959). A Caseb foi responsável pelo primeiro censo oficial da educação do Distrito Federal, realizado em 1975, por exigência da Lei n.º 5.692/1971, que tornava obrigatório "o levantamento censitário da população em idade escolar" em todos os municípios brasileiros (Brasil, 1971).

Segundo os dados coletados e trabalhados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a densidade demográfica do Distrito Federal apresentou grande aumento, passando de 92,8 hab./km^2, em 1970, para 203,3 hab./km^2, em 1980. Isso teve um grande impacto na educação do Distrito Federal, tanto no ensino público quanto no privado, portanto, merece uma maior atenção dos pesquisadores, principalmente no que se refere a uma abordagem comparativa das instituições de ensino no Distrito Federal.

Temos como principal objetivo, neste capítulo, abordar a história da educação escolar no Distrito Federal em uma perspectiva comparatista das fontes de estatística educacional. Os estudos estatísticos realizados por meio do levantamento de dados e sua respectiva publicação no Censo escolar do Distrito Federal se iniciaram em 1975. Entretanto, esta publicação permite

a obtenção de algumas informações parciais dos anos anteriores, da década de 1960, devido à preocupação de seus organizadores em apresentá-los de forma retrospectiva para permitir uma leitura da trajetória histórica da educação no Distrito Federal.

Outra fonte relevante para coleta de dados estatísticos sobre educação foi o Anuário Estatístico do Distrito Federal, que, embora não tenha séries completas de dados e uma uniformização de suas respectivas edições, nos permitiu ter uma visão ampla da relação entre educação pública e privada nesta unidade administrativa da Federação.

No ano de 1959, a Novacap registrava na região que seria ocupada pelo projeto do Distrito Federal um total de 7.184 matrículas, distribuídas em 29 estabelecimentos escolares. Sendo 21 unidades públicas e 8 unidades particulares. Com relação aos discentes, 4.682 (65%) estavam matriculados em escolas públicas e 2.502 (35%) estudavam em escolas particulares, estas na sua totalidade confessional. Esses números demonstravam a importância das instituições públicas no atendimento das demandas da região da nova capital desde a sua origem.

Segundo o Anuário Estatístico do Distrito Federal, pesquisado no período de 1970 a 1985, fica clara a relação quantitativa da educação pública e privada no Distrito Federal. No período de 1970 a 1984, observamos a predominância de matrículas em estabelecimentos públicos. Entretanto, as matrículas nas instituições privadas cresceram 2,6 vezes, como demonstram os dados do Anuário Estatístico do Distrito Federal.

Tabela 4.3: Matrículas educação especial. Pré escola. 1º Grau. 2º Grau. Supletivo por dependência administrativa

Ano	Total	Dependência Administrativa			
		Pública	%	Privada	%
1970	157.799	134.034	85%	23.765	15%
1971	180.128	154.036	85%	26.092	15%
1972	201.173	177.123	88%	24.050	12%
1973	218.272	190.502	87%	27.770	13%
1974	221.228	193.399	87%	27.829	13%
1975	263.557	224.741	85%	38.816	15%
1976	277.795	242.165	87%	35.630	13%
1977	302.875	256.345	84%	46.521	16%
1978	319.918	265.994	83%	53.924	17%
1979	342.248	284.510	83%	57.736	17%
1980	360.602	295.209	82%	65.393	18%
1981	381.764	316.084	83%	65.680	17%
1982	398.161	327.714	82%	70.447	18%
1983	411.716	339.560	82%	72.156	18%
1984	421.694	348.705	83%	72.989	17%

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados coletados no Anuário Estatístico do Distrito Federal 1978 e do Anuário Estatístico do Distrito Federal 1984.

O ritmo de crescimento dos estabelecimentos privados também é superior ao número de estabelecimentos públicos, o que indica uma tendência de aumento da concentração de discentes por instituição pública. Na tabela 4.3, o aumento do tamanho da educação privada também é visível. Com o número de estabelecimentos privados crescendo 1,7 vez e o número de estabelecimentos públicos crescendo 1,1 vez.

Tabela 4.4: Estabelecimentos de educação especial. Pré-escola. 1º Grau. 2º Grau. Supletivo por dependência administrativa

Ano	Total	Dependência Administrativa			
		Pública	%	Privada	%
1974	425	331	78%	94	22%
1975	407	313	77%	94	23%
1976	424	327	77%	97	23%
1977	454	357	78%	97	22%
1980	521	398	77%	123	23%
1981	518	397	77%	121	23%
1982	509	385	76%	124	24%
1983	543	394	73%	149	27%
1984	559	392	70%	167	30%

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados coletados no Anuário Estatístico do Distrito Federal 1978 e do Anuário Estatístico do Distrito Federal 1984.

O número de docentes em instituições particulares é outro importante indicador de sua expansão pela drenagem de recursos públicos através da já citada política de bolsas. Nas instituições privadas, como indica a tabela seguinte, o número de docentes aumentou 5,3 vezes. Já com relação às instituições públicas, em igual período, o crescimento observado foi de 2,2 vezes.

Tabela 4.5: Docentes de educação especial. Pré-escola. 1º Grau. 2º Grau. Supletivo por dependência administrativa

Ano	Total	Dependência Administrativa			
		Pública	%	Privada	%
1970	5.900	5.249	89%	651	11%
1971	7.382	6.382	86%	1.000	14%
1972	7.442	6.482	87%	980	13%
1973	9.033	7.802	86%	1.231	14%
1974	11.321	9.812	87%	1.509	13%
1975	6.844	5.809	85%	1.035	15%
1978	9.922	7.971	80%	1.951	20%
1979	11.150	8.786	79%	2.364	21%
1980	12.013	9.398	78%	2.615	22%
1981	13.217	10.241	78%	2.976	22%
1982	15.171	11.691	77%	3.480	23%

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados coletados no Anuário Estatístico do Distrito Federal 1978 e do Anuário Estatístico do Distrito Federal 1984.

Tabela 4.6: Discentes matriculados por dependência administrativa, segundo as unidades da Federação e localização – 1979

Unidade da Federação	Total geral	Dependência Administrativa Pública	Dependência Administrativa Particular
Distrito Federal	42.331	27.851	14.480
Brasil	26.580,78 (*)	12.619,539	12.388,33

Fonte: MEC/SE/SEINF/SEEC - Sinopse Estatística da Educação Básica 1979/1980. (*) Inclui dependências administrativas ou estabelecimentos confessionais.

Embora seja visível o equilíbrio entre o ensino público e o privado no Brasil, no Distrito Federal, essa diferença é maior. Podemos observar, na década de 1970, após incentivos, como bolsas, a expansão da rede privada (Cunha; Góes, 1999) e uma equiparação entre a oferta de matrículas em estabelecimentos públicos e privados. Percentualmente, o Distrito Federal matriculava tantos estudantes quanto a média nacional.

As matrículas no ensino especial e no supletivo, em instituições públicas do Distrito Federal no período estudado, eram crescentes e contínuas. As matrículas dessas modalidades de ensino nas instituições particulares eram irregulares, o que poderia gerar insegurança entre os discentes e seus responsáveis. Nesse sentido, é importante observar as oscilações abruptas de matrículas entre 1973 a 1977. Esse comportamento ocorreu em um momento no qual a política de bolsas estava em franco desenvolvimento.

Tabela 4.7: Matrículas no Supletivo por dependência administrativa 1970-1984

Ano	Total	Dependência Administrativa			
		Pública	%	Privada	%
1970	20.914	12.397	60%	8.517	40%
1970	22.556	12.148	54%	10.408	46%
1972	28.405	20.106	71%	8.299	29%
1973	34.962	27.465	78,5%	7.497	21,5%
1974	25.188	23.222	92%	1.966	8%
1975	32.066	23.215	72%	8.851	28%
1976	22.173	21.909	98,8%	264	1,2%
1977	26.713	21.872	82%	4.841	18%
1980	31.777	24.623	77,5%	7.154	22,5%
1981	35.921	28.612	80%	7.309	20%
1982	43.483	34.464	79%	9.019	21%
1983	41.270	34.965	85%	6.305	15%
1984	43.971	37.519	86%	5.852	14%

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados coletados no Anuário Estatístico do Distrito Federal (1978, p. 336) e do Anuário Estatístico do Distrito Federal (1984, p. 442). Os dados referentes ao período 1980-1984 encontram-se na mesma fonte (p. 467).

A maior e mais representativa diferença observada quando nos propomos a comparar o comportamento ou a atuação das instituições escolares públicas e privadas no Distrito Federal de 1964 a 1984 refere-se à modalidade do ensino especial. Segundo os dados dos Anuários de 1977 a 1985, a ausência da iniciativa privada é flagrante. Mesmo se considerarmos que,

nesse período, as instituições particulares contaram, como já foi citado anteriormente, com recursos financeiros para promover a sua expansão.

No entanto, como verificamos, a aplicação desses recursos foi seletiva, pois, ao orientar-se pela relação custo-benefício, algumas modalidades educacionais devem ter sido consideradas pouco atraentes. Esse comportamento pode ser deduzido na leitura da tabela 8, na qual se destaca a baixa presença da iniciativa privada no ensino especial.

Tabela 4.8: Matrículas no Ensino Especial por dependência administrativa 1970-1984

Ano	Total	Dependência Administrativa			
		Pública	%	Privada	%
1970	319	319	100%	...	0%
1971	245	245	100%	...	0%
1972	325	323	100%	...	0%
1973	511	393	77%	118	23%
1974	614	501	82%	113	18%
1975	812	787	97%	25	3%
1976	936	898	96%	38	4%
1977	986	979	99%	7	1%
1980	2022	2015	99,7%	7	0,3%
1981	2252	2252	100%	-	0%
1982	2115	2115	100%	-	0%
1983	2238	2238	100%	-	0%
1984	2376	2376	100%	-	0%

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados coletados no Anuário Estatístico do Distrito Federal (1978, p. 336) e do Anuário Estatístico do Distrito Federal (1984, p. 442).

De 1985 a 1989, ainda é possível observar a ausência de regularidade das matrículas das instituições particulares no ensino especial. Paralelamente, nota-se a manutenção das matrículas nas instituições públicas de ensino. Nas escolas particulares, há uma variação de 0 (zero) a 80 (oitenta) matrículas de 1985 a 1986, voltando para 0 (zero) matrículas em 1987 e 1988. O número

médio de matrículas em instituições públicas é de 2.000 no mesmo período, o que demonstra maior participação da educação pública desde o início do levantamento, em 1970, no atendimento às necessidades dos estudantes, sobretudo, no ensino especial e no ensino supletivo no Distrito Federal.

As décadas de 1970 e 1980 destacaram-se pelo estabelecimento das bases da ideologia neoliberal na educação brasileira, com a difusão da noção de Estado mínimo e a adoção da economia de mercado como principais referências, afirmando o mercado como o grande gestor, espaço de mediação, reduzindo a importância da política econômica e das políticas públicas e, consequentemente, do papel do Estado como principal formulador de políticas educacionais.

Destaca-se que esse processo enfrentou e ainda enfrenta um grande problema. Se o Estado é tradicionalmente, desde o período 1930 a 1940, o grande promotor de estudos de estatísticas educacionais, sendo estes, por sua vez, historicamente, o pré-requisito para criação de um sistema educacional brasileiro, e, sendo a estatística a base para o processo de tomada de decisões, como a iniciativa privada, com poucos investimentos na pesquisa educacional, seria capaz de ampliar sua interferência na formulação de políticas educacionais? Observa-se o grande risco de decisões sendo tomadas sem o necessário aprofundamento de diagnósticos, limitando-se, portanto, a responder a necessidades conjunturais e imediatistas do mercado.

O trabalho com estatística educacional no Distrito Federal apresentou problemas adicionais que vão além dos já tradicionais observados nos estudos comparativos diacrônicos. Um deles é a velocidade com que o Distrito Federal se expandiu, espacial e populacionalmente, com a criação acelerada de regiões administrativas, além do Plano Piloto, e o intenso adensamento demográfico.

A partir da consulta e do trabalho com estatística educacional dos níveis de pré-escola, ensino de 1.º grau; ensino de 2.º grau; e das modalidades de ensino especial e ensino supletivo no Distrito Federal, foi possível reunir fontes que efetivamente comprovam a importância de uma educação que não se limite ao atendimento das necessidades de mercado.

Referências

BRASIL. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília - DF, 12 ago. 1971.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 47.472, de 22 de dezembro de 1959. *In*: *Origem do sistema Educacional de Brasília*: criação da CASEB, 22 dez. 1959. Brasília: PR, 1959.

BRASIL. MEC. SECRETARIA GERAL S.E.E.C. — SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Evolução dos dados sobre educação escolar*. Brasil. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001593.pdf. Acesso em: 30 abr. 2019.

COSTA, Roberto. Série Ipea/História - *A liberdade do pensamento.* Ed. 64, 10 fev. 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1304:reportagens-materias&Itemid=39. Acesso em: 30 out. 2019.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. *O golpe na educação.*10 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação e Cultura. *Censo escolar 1975*. Brasília: SEC-GDF, 1975.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. Estatística e Educação. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 66-85, jan. /mar. 1940.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do regime militar. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf. Acesso em: 21 mar. 2019.

Sobre os autores

Alice Fátima Martins

Doutora em Sociologia, professora titular na Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. Bolsista de produtividade em pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
E-mail: profalice2fm@gmail.com

Antonio Carlos Andrade de Souza

Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília; professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: toninho2018pos@gmail.com

Antonio Fávero Sobrinho

Mestre em História pela Universidade de Brasília, Professor Assistente na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Ariane Abrunhosa

Doutora em Educação e Tecnologia pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal.
E-mail: abrunhosa.ariane@gmail.com

Claudia Paiva Carvalho

Doutora em Direito pela Universidade de Brasília, professora de Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).
E-mail: claudiapaivac@gmail.com

Cristiano Paixão
Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais, professor adjunto da Faculdade de Direito da UnB.
E-mail: cristiano.aslh@gmail.com

Carmyra Oliveira Batista
Doutora em Educação pela Universidade de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: carmyra.batista@gmail.com

Denise Farage
Especialista em Políticas Públicas pela Universidade de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: denisefarage@gmail.com

Edilene Simões Costa dos Santos
Doutora em Educação, em Ciência e Matemática pela Universidade de Brasília, professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
E-mail: edilenesc@gmail.com

Eliane Brito
Doutoranda em História pela Universidade de Brasília, professora do Centro Universitário Planalto do DF (Uniplan), da Faculdade Projeção e professora substituta do Instituto Federal de Brasília.
E-mail: eliane.cbo@gmail.com

Erlando Reses
Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da UnB.
E-mail: erlandoreses@gmail.com

Eva Waisros Pereira
Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Aberta de Portugal; professora emérita e pesquisadora associada plena do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília.
E-mail: evawaisros@gmail.com

Haydée Ribeiro Coelho
Doutora em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo, professora associada IV da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: haydeeribeiro@hotmail.com

Josefina Reis de Moraes
Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: josefinarmoraes@gmail.com

José Luiz Villar Mella
Doutor em História Social e das Ideias pela Universidade de Brasília, professor associado I da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Jorge Abrahão de Castro
Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pesquisador associado da Universidade de Brasília e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB).
E-mail: jorge.abrahao57@gmail.com

Laura Maria Coutinho
Doutora em Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
E-mail: lauracou@gmail.com

Leila Chalub Martins
Doutora em Ciências Sociais - Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas, professora do ensino básico público de Brasília de 1968 a 1992, professora associada aposentada da Universidade de Brasília.
E-mail: leilachalub3@gmail.com

Leila Maria de Jesus Oliveira
Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Goiás, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: leiladejesus@gmail.com

Luciana de Maya Ricardo
Doutora em Educação pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: luciana.maya@gmail.com

Maria Andreza Costa Barbosa
Mestre em Educação pela Universidade de Brasília, professora de Artes Visuais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
E-mail: andrezaferreiro@gmail.com

Mariana Gonçalves Penna
Graduada em História pela Universidade de Brasília e estagiária do Museu da Educação do Distrito Federal.
E-mail: marigpenna@gmail.com

Maria Alexandra Militão Rodrigues
Doutora em Psicologia, professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
E-mail: alexandrarodrigues57@hotmail.com

Maria Lídia Bueno Fernandes
Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo, professora associada 3 da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Líder do Grupo de Pesquisa Sujeitos, Territórios e a Construção do Conhecimento (GPS).
E-mail: lidia_f@uol.com.br

Maria Margarida Machado
Doutora em Educação, professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.
E-mail: mmm2404@gmail.com

Maria Paula Vasconcelos Taunay
Doutora em Educação e Tecnologia pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: mariapaulataunay@gmail.com

Mônica Menezes de Souza Batista
Doutora em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: profmonicams@yahoo.com.br

Raquel de Almeida Moraes
Doutora em Educação, professora Associada 4 da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Líder do Grupo Lattes do CNPq: GT História, Sociedade e Educação no Brasil no DF, HISTEDBR-DF - HISTEDBR.
E-mail: raquelmoraesbr@gmail.com

Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho
Doutora em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo, professora do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF) e da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
E-mail: rosalia.carvalho@udf.edu.br

Ricardo Gonçalves Pacheco
Doutorando em Educação pela Universidade de Brasília, professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: prof.ricardopacheco@gmail.com

Samira Bueno Chahin
Doutora em arquitetura e urbanismo pela Universidade de São Paulo, professora do Centro Universitário Facens, membro do Comitê Editorial do projeto Arquitetura e Escrita e do GT Territórios Educativos do Instituto de Arquitetos do Brasil, São Paulo.
E-mail: samira_chahin@yahoo.com.br

Valéria Nely Cézar de Carvalho
Doutora em História pela École Pratique des Hautes Estudes de Paris, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: carvalho.nely@gmail.com

Vera Margarida Lessa Catalão
Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Paris VIII, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
Email: veramcatalao@gmail.com

A Editora UnB é filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Este livro foi composto em Adobe Garamond Pro.

Esta obra é mais uma etapa da história da educação no Distrito Federal. Seu recorte histórico abrange o período da ditadura militar no Brasil, com foco nos acontecimentos na área da educação e suas repercussões na rede de ensino local. Os desafios vividos naquele período de autoritarismo constituem experiências antagônicas ao ideário democrático fundante do sistema de ensino público inovador da capital brasileira. A construção do conhecimento histórico a esse respeito é essencial para que se compreenda a relação intrínseca entre educação e sociedade, bem como as estratégias de organização social adotadas para o enfrentamento à opressão política e ideológica que marcou toda uma geração de brasilienses.

Alice Fátima Martins | Antônio Carlos Andrade de Souza
Antônio Fávero Sobrinho | Ariane Abrunhosa
Claudia Paiva Carvalho | Cristiano Paixão | Carmyra Oliveira Batista
Denise Lucinda Farage | Edilene Simões Costa dos Santos | Eliane Brito
Erlando Reses | Eva Waisros Pereira | Haydée Ribeiro Coelho
Josefina Reis de Moraes | José Luiz Villar | Jorge Abrahão de Castro
Laura Maria Coutinho | Leila Chalub Martins | Leila Maria de Jesus Oliveira
Luciana de Maya Ricardo | Maria Andreza Costa Barbosa
Mariana Gonçalves Penna | Maria Alexandra Militão Rodrigues
Maria Lídia Bueno Fernandes | Maria Margarida Machado
Maria Paula Vasconcelos Taunay | Mônica Menezes de Souza
Raquel de Almeida Moraes | Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho
Ricardo Gonçalves Pacheco | Samira Bueno Chahin
Valéria Nely Cézar de Carvalho | Vera Margarida Lessa Catalão